

## A INTERFERÊNCIA DO MULTILINGUISMO DA GUINÉ BISSAU NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Linda Belmiro Djú<sup>1</sup>

Gislene Lima Carvalho<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho procura compreender a interferência do multilinguismo guineense na alfabetização em língua portuguesa, língua oficial. A língua adotada pelo sistema educacional para o ensino formal representa uma das maiores limitações no ensino básico guineense, visto que as línguas étnicas e maternas muitas das vezes ocupam maior espaço nas interações sociais e no seio familiar, sendo as primeiras línguas adquiridas pelos falantes. Um dos fatores que interfere no processo de alfabetização é o choque entre a língua portuguesa e as línguas maternas. Para alcançar o objetivo, aplicamos um questionário a 12 estudantes guineenses com perguntas sobre as línguas faladas por eles e o processo de alfabetização em língua portuguesa. Como referencial teórico, baseamo-nos em autores guineenses como Neto (2022), Pinto (2018) e Semedo (2006), além de documentos oficiais do Estado Guineense. Os resultados demonstraram que a alfabetização em língua portuguesa se dá na escola, embora os falantes já tenham adquirido em casa a sua língua étnica e a língua guineense, o que leva a dificuldades na aprendizagem da língua oficial. Concluimos, assim, que, no contexto educacional no qual a língua da escola não apresenta status na comunidade, ou seja, o ensino não considera a realidade linguística do país, os estudantes apresentam dificuldades na alfabetização por interferência de suas línguas maternas. Portanto, defendemos a oficialização da língua guineense (*crioulo*) e sua inserção nas escolas públicas e privadas do país, especificamente no ensino básico.

**Palavras-Chaves:** Multilinguismo; Guiné- Bissau; Alfabetização; Interferência linguística.

**Abstract:** Abstract: The present study aims to understand the interference of Guinean Multilingualism on literacy in Portuguese, the official language. The language adopted by the educational system for formal education represents one of the major limitations in Guinean basic education since ethnic and mother tongues often take up more space in social interactions and within the family, being the first languages acquired by speakers. One of the factors that interferes in the literacy process is the clash between Portuguese and the mother tongues. To achieve this objective, we administered a questionnaire to 12 Guinean students with questions about the languages they speak and the process of literacy in Portuguese. Our theoretical framework is based on Guinean authors such as Neto (2022), Pinto (2018) and Semedo (2006), as well as official Guinean state documents. The results showed that literacy in Portuguese mainly takes place in school, even if the speakers have already acquired their ethnic language and Guinean language at

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Letras Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab. E-mail: [lindadju1994@gmail.com](mailto:lindadju1994@gmail.com)

<sup>2</sup> Orientadora. Docente do curso de Letras Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab. E-mail: [gislenecarvalho@unilab.edu.br](mailto:gislenecarvalho@unilab.edu.br)

home, which causes difficulties in learning the official language. We conclude, therefore, that in the educational context where the school language lacks status in the community, meaning that the education system does not consider the country's linguistic reality, students will face difficulties in literacy due to interference from their mother tongues. Hence, we advocate for the official recognition of Guinean ("crioulo") and its inclusion in public and private schools in the country, especially in basic education.

**Keywords:** Multilingualism; Guiné-Bissau; Literacy; Interference.

**Rezumu:** E tarbadju buska kumpreendi n'terferensa di manga di línguas guinensis na alfabetizason ou na manera di sina na língua portuguis. E língua pudu na sistema di iducason pa i sirbi suma língua de n'sinu formal, ma i ta kaba pa dificulta na manera di sina na n'sinu básico guinensi, pabia línguas di etnias ku kriol, maga di bias, e mas ta papiadu na kombersas di tudu dia ku famílias na casa tambe na sociedade guinensi, geral, di manera ku é ta kaba pa sedu tambe purmeru línguas di alunos. Pabia di kila, i ta notadu konfliktu entri portuguis ku utros purmeiro línguas, ku ta papiadu ba dja pa djintis ku na sinadu, na purceso di alfabetizason. Pa iangasa kil ku sedu discidju des tarbadju, i fasidu um m'pulma-m'pulma ku 12 estudantis guinensis, n'de ku e puntadu sobre línguas ku e ta papia i sobre sé purceso di alfabetizason na língua portuguis. I ka kaba só nes, i tisidu tambe tcholonaduris guineensis, suma Neto (2022), Pinto (2018), Semedo (2006), ku utros. I rabistadu tambe documentus oficiais di Estado Guinensi ku papia di iducason. Resultado ku odjadu ta mostra di kuma alfabetizason ta acontesi son na língua portuguis, m'bora djintis ki na sinadu nes língua ta tene ba dja sé línguas de etinia suma di casa i ku kriol nacional, kusa ki ta kaba pa kria dificultadi na aprendi portuguis ku tomado suma língua oficial. Asin, nó tchiga na n'tindimentu di kuma língua ku tomado na escola suma di iducason i ka ta papiadu quase na komunidad. I notadu tambe di kuma sistema di n'sinu ka ta djubi pa kil utros línguas ku tem na país, kusa ku ta kaba pa kausa dificultadís pa estudantis na alfabetizason, pabia di n'terferensa di se utros línguas. Portanto, nó na defindi di kuma i percis oficializason di kriol guinensi i pa pul tambe na escolas pública i privado di país, sobretudu na n'sino básico.

**Palabras-tchabi:** Multilinguismo; Guiné- Bissau; Alfabetizason; N'terferensa.

## 1. INTRODUÇÃO

A República da Guiné-Bissau é uma pequena nação na costa ocidental da África: faz fronteira ao Norte e com a República do Senegal, a Leste e Sul com a República da Guiné-Conakri e a Oeste com o Oceano Atlântico. Cobre, aproximadamente, uma área de 36.125 km<sup>2</sup> e tem uma população de cerca de um milhão e meio de habitantes.

Falando do contexto linguístico da Guiné-Bissau, é um país plurilíngue, com mais de duas dezenas de etnias e cada uma com sua própria cultura e língua, denominadas de

línguas étnicas, tendo a língua guineense como língua nacional e a língua portuguesa como oficial do Estado.

A motivação por este tema é surgiu da experiência vivida pela pesquisadora com a interferência do multilinguismo no processo de alfabetização, pois a língua guineense é a mais falada, ou seja, é a língua materna da maioria da população no país, sendo o português língua oficial e de ensino, sendo assim, no ambiente escolar, de modo geral, tem-se contato com a língua portuguesa. A língua guineense é frequentemente utilizada nesse ambiente, de maneira informal, como a língua intermediária na aprendizagem do português e na compreensão das outras matérias.

O uso da língua portuguesa dentro da sala de aula e no recinto escolar é obrigatório, conforme Lei de número 7/2007, bem como o uso pelos professores dentro e fora das salas de aula. Na prática essa obrigatoriedade pouco respeitada, devido à frequência da utilização da língua guineense e das línguas étnicas nos ambientes escolares. É difícil, até impossível, o cumprimento ou acato dessa lei na sua totalidade a nível do país, devido às peculiaridades culturais e linguísticas de cada região do território, que utiliza majoritariamente suas línguas étnicas.

Afirmando isso, como estudante guineense durante o meu processo de alfabetização foi muito difícil porque a gente era cobrado na escola a dominar regras gramaticais, decorar páginas dos livros para leitura e interpretação dos textos, ou seja, decorar para depois fazer ortografia. O ensino na Guiné- Bissau é muito tradicional, o professor fica como centro de tudo não permite muitas das vezes o aluno a interagir na sala de aula. Além disso, falta a atualização de currículos escolares.

O primeiro contato com língua portuguesa se dá na escola, um ambiente que proporciona a obrigatoriedade de uso dessa língua no processo de alfabetização. Já no primeiro dia de aula, é aplicada a regra na turma de quem falar a língua materna vai ser punido a pagar um valor estipulado pelo responsável de turma. Imagine no primeiro contato de alfabetização em língua portuguesa e não entender nada do que professor está explicando na sala e, também, a um condicionamento de se falar nessa língua que não é a sua realidade. Essa punição ocorre por falta de domínio da língua portuguesa, o que leva muitos alunos a não participarem na turma por medo de errar em público, ou seja, pagar punição, prefere ficar no silêncio.

Por isso escolhemos para pesquisar esse tema “a interferência do multilinguismo na Guiné-Bissau no processo de alfabetização”, tendo em vista a relevância dessa temática

para o desenvolvimento de Guiné- Bissau, que atualmente figura entre os últimos países nas avaliações de desempenho em português e matemática, conforme o Plano Sectorial de Educação (2017) Os dados de nossa investigação pretendem fomentar reflexão e proposições de caminhos para o ensino de língua portuguesa, incluindo a língua nacional do país no ambiente escolar. Dessa forma, o estudo é relevante, porque visa trazer as discussões assentadas no sistema de alfabetização como forma de proporcionar a aquisição dos diferentes conhecimentos da identidade cultural guineense, composta por vários grupos étnicos pertencentes ao mosaico étnico cultural da Guiné-Bissau.

No que tange à contribuição acadêmica em relação a esta pesquisa, irá contribuir nas discussões que norteiam as dificuldades na alfabetização infantil na Guiné-Bissau, com a intenção de incluir a instituição da língua guineense no processo de ensino/aprendizagem. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa visa analisar a interferência do multilinguismo na Guiné- Bissau no processo de alfabetização. Para isso, traremos as considerações e o papel das línguas portuguesa e guineense no sistema do ensino básico, considerando a possibilidade de oficialização da língua nacional guineense e sua inserção nas instituições de ensino públicas e privadas voltadas para realidade do país.

Para alcançar os resultados desejados, a nossa pesquisa será pautada em discussão de bibliografia, além de documentos oficiais provenientes do Estado guineense e, em particular, do Ministério da Educação Nacional. Como pesquisa de campo, aplicou-se um questionário a estudantes guineenses com perguntas sobre o processo de aquisição de línguas e alfabetização formal.

Estruturalmente o trabalho está dividido em três (3) partes interligadas. Antecedido da introdução e procedida das considerações finais onde trouxemos reflexões sobre o multilinguismo e as línguas presentes na Guiné-Bissau e a interferência no processo de alfabetização. Na primeira seção, abordaremos a contextualização da interferência linguística na Guiné Bissau e, na segunda seção, falaremos sobre o contexto linguístico no sistema de alfabetização no ensino básico guineense. Na seção seguinte, apresentamos a análise dos questionários, seguido das considerações finais e das referências.

## **2. MULTILINGUISMO E INTERFERÊNCIA LINGUÍSTICA NA GUINÉ-BISSAU**

Guiné-Bissau caracteriza-se pela realidade multicultural, na qual convivem diversas línguas étnicas com suas peculiaridades. Sendo assim, a língua portuguesa é adotada como língua oficial do país, e desempenha o papel de instrução e é única língua com legitimidade para o ensino nas escolas, porém não é a língua materna da esmagadora maioria dos estudantes guineenses, deste modo, considera-a como língua adicional no contexto guineense. Como afirma Correia:

Para além das línguas étnicas e do crioulo, depois da independência, assim como vários outros países africanos, a Guiné adotou a língua do colonizador como a língua oficial de todo o território guineense, o que lhe faz ter uma situação linguística um pouco diferenciada de alguns países de língua portuguesa como o é caso de Cabo-verde, país que possui apenas o crioulo cabo-verdiano e a língua portuguesa como línguas oficiais. De modo que, neste cenário de muitas línguas, culturas e uma língua dominante na vida diária da população, o crioulo, destaca-se o português como a língua mais privilegiada, com o status de única língua oficial e, conseqüentemente, de administração e de escolarização a nível nacional. (CORREIA,2021, P.16).

Sendo assim, a língua portuguesa é língua oficial e de todo processo de ensino/aprendizado no país, além de língua utilizada na documentação oficial e materiais relacionados ao ensino. Assim, os estudantes guineenses são inseridos no mundo da escrita através da língua portuguesa, pois é a partir dela que todo o processo de ensino é realizado, desconsiderando a bagagem linguística adquirida pela criança no contexto familiar.

Levando em conta o número de falantes de língua portuguesa na Guiné- Bissau, que de acordo com o censo realizado no país, em 2009, o número de falantes da língua portuguesa é de 27,1%, poucos falantes têm conhecimento dessa língua, mas ainda é através dela que se dá o processo de alfabetização, tornando, assim, mais dificultoso o processo de ensino-aprendizagem para essa população cujos falantes costuma ter até duas línguas como L1 antes de aprender a língua portuguesa. Dessa forma, o contexto linguístico no sistema da alfabetização na Guiné-Bissau está distante da realidade do país, visto que a língua materna dos estudantes guineenses não ocupa a maior posição no ensino e aprendizagem dos alunos.

A língua guineense é a língua nacional de união que domina a comunicação entre os falantes, é ela que se ouve nas ruas das cidades e até em diversas ocasiões como reuniões familiares, nas Igrejas, na Assembleia Nacional Popular e para além dos outros momentos. Olhando nessa percentagem da língua guineense, como afirma Scantamburlo (2013), é necessário que o Estado a valorize como língua oficial.

A língua guineense é utilizada como língua de comunicação, mas o ensino continua a manter a língua portuguesa como única língua de ensino e aprendizagem, causando dificuldades no processo de ensino, inclusive na alfabetização. É notável que os estudantes que utilizam línguas étnicas e a língua guineense apresentam dificuldades na alfabetização em língua portuguesa. No entanto, conforme Neto (2022):

Mas o que é certo e não podemos esquecer que a língua guineense, “o crioulo”, já é utilizada há muito tempo para fins educativos, por exemplo, no processo de alfabetização, nas explicações dos conteúdos, na categorização e interpretação de certas realidades europeias que constam nos livros didáticos e que não teriam relevância se não fossem explicadas na língua local para melhor compreensão. É também utilizada em todas as atividades escolares, entre elas: reuniões de pais e encarregados de educação. (NETO, 2022, p.2).

De acordo com Neto (2022), a língua guineense já faz parte, informalmente, do ensino na Guiné-Bissau. Assim, torna-se problemático o uso da língua portuguesa como a única língua de ensino no processo de alfabetização, no âmbito oficial, sem inserir as demais línguas guineenses neste processo, o que facilitaria o aprendizado das crianças. Como explica Saldanha:

As crianças guineenses apresentam grandes dificuldades no processo de alfabetização, porque são alfabetizadas em uma língua diferente daquela que usam no seu dia a dia, dificultando sobremaneira a sua aprendizagem não só da língua, mas também em outras matérias, fato que obriga muitos professores a recorrerem ao uso do Kriol para estabelecer uma melhor comunicação. (SALDANHA, 2019, p.9).

Muitas das vezes, as dificuldades que os alunos enfrentam por não terem domínio do português pode gerar consequências negativas no resultado escolar também na percepção da explicação de matéria em si, essa é a dura realidade que os estudantes guineenses enfrentam, também um ensino em que é obrigada a memorização de todo o conteúdo onde os alunos não é permitindo a se interagir na turma; isso afeta o

desenvolvimento psicológico ou emocional deles no momento de aprendizado, como ressalta Ançã (s/ano, p. 1)

Sendo o Português o veículo de acesso a saberes acadêmicos, e não possuindo esses alunos um domínio satisfatório em língua portuguesa, nem trazendo de casa uma bagagem linguística que lhes permita um manuseamento equilibrado da língua, eles serão penalizados em todas as disciplinas. Além do mais, a própria língua materna, tendo sido adquirida em meio familiar e sendo usada apenas em casa e entre pares, não apresenta bases que permitam uma consciencialização sobre ela, nem a possibilidade de estabelecer pontes com a língua que agora se aprende na escola, isto é, a língua portuguesa. (ANÇÃ s/ano, p. 1).

A falta do domínio da língua portuguesa pode gerar consequência negativa nas crianças, tais como: timidez, o silêncio, constrangimento, ou falta de insegurança. Eles podem desistir de não estudar por causa da limitação dessa língua, ainda que eles possam ficar mais limitado devido à falta de compreensão do conteúdo a ser explicado na sala de aula. Levando em consideração as crianças que têm a sua língua materna em que se identifica e domina, não é ensinada nas escolas, muitas das vezes, torna mais difícil o aprendizado.

Almeida Filho (2009) defende que, ao ensinar uma língua segunda, status do português na Guiné-Bissau, busca-se desenvolver uma língua que os alunos não dominam ou que dominam de maneira incompleta, por isso devemos facilitar a compreensão na língua-alvo. Freire (1996) ainda aponta que ensinar não é transferir conhecimento, mas permitir que o estudante tenha as condições necessárias para sua produção. O professor na sua intervenção, deve primeiro entender as necessidades dos seus alunos, suas indagações, curiosidade, perguntas, inibições. Isso passa pela compreensão das línguas conhecidas e utilizadas pelos alunos e pela inclusão destas no ensino como forma de facilitar a aprendizagem.

Dessa maneira, afastar a língua guineense de grade curricular é mexer no processo de ensino-aprendizagem da maioria dos alunos, já que boa parte fala suas línguas maternas e tem o guineense como a segunda ou terceira língua. Para isso, é inegável que a oficialização dessa língua trará avanços significativos no processo educativo, uma vez que é nessa língua que têm um nível de proficiência mais evoluído.

### **3. O CONTEXTO LINGUÍSTICO NO SISTEMA DE ALFABETIZAÇÃO NO ENSINO BÁSICO GUINEENSE**

Neste tópico, abordaremos o sistema básico de ensino na Guiné-Bissau e a relação das línguas no processo de alfabetização. Segundo o Plano Nacional de Ação, o ensino básico guineense se encontra ainda em fase de reestruturação e de reforma educativa, bem com aponta:

Sistema educativo da Guiné-Bissau está numa fase de reformas. Sua estrutura atual compreende vertentes: formal e não formal; cinco níveis de ensino a saber: i) ensino pré-escolar, ii) ensino básico elementar e ensino básico complementar; iii) ensino secundário geral e ensino secundário complementar; iv) ensino superior não universitário e ensino superior universitário. (Plano Nacional de Ação, 2003, p.14).

A organização da estrutura como aponta acima vale para ensino privado e público, pois as escolas privadas espalham-se pelo país. Muitos encarregados de educação preferem investir na educação dos filhos pagando escolas privadas, devido ao fraco investimento no ensino público. O sistema educativo dispõe de algumas escolas de formação superior, de iniciativa privada e com taxa de mensalidade muito alta, o que dificulta o acesso de ensino superior, pois grande parte da população não tem condições financeiras para sustentar o estudo.

O ensino básico guineense, segundo Lei de Bases do Sistema Educativo, no seu art. 12º diz o seguinte:

O ensino básico é universal e gratuito até o 6º ano, pois a partir do 7º ano, o ensino básico é tendencialmente gratuito, de acordo com as possibilidades econômicas do estado. Ensino básico gratuito significa inserção de propinas, taxas e emolumentos relativos à matrícula, frequência e certificados, assim como uso gratuito de livros e matérias didáticas. (LEI DE BASES SISTEMA EDUCATIVO, 2010, p.7).

De acordo com a citação acima, na Guiné- Bissau o ensino básico é gratuito até o 6º ano. Mas essa gratuidade não existe de fato, pois desde o início de ensino básico, a família paga matrícula, livros e uniformes da escola. Para que as crianças possam usufruir desta gratuidade, elas deveriam ter tudo de graça na escola, desde matrícula até uniformes. Como mostra Pinto (2018):

Podemos perceber que essa gratuidade é vista só no papel, mas não é posta em prática. Pois muitas crianças ainda deixam de ir à escola porque os pais não têm como sustentar os estudos deles. Por isso a educação pública é considerada

baixo ou fraco, Guiné-Bissau não tem um processo de avaliação de aprendizado para conduzir os resultados de evolução dos alunos. Então, não tem jeito ou uma maneira objetiva de avaliar sucesso de aprendizagem dos alunos. Posteriormente o entendimento comum das populações é que o nível de aprendizagem é baixo. O número limitado de dias de aulas devido às greves contínuas por atrasos no pagamento de salários aos professores, bem como o discurso insuficiente dos alunos à aprendizagem são percebidos como os principais fatores que afetam os resultados de aprendizagem dos alunos. Toda esta conjuntura, pode se ampliar o envolvimento precária de aprendizado e a escassez em formação dos professores. Outro aspecto que podemos levar em consideração é a língua de instrução. (PINTO, 2018, p.13).

Considerando o português língua oficial, em salas de aulas os professores muitas das vezes utilizam língua guineense (língua nacional), por falta também de domínio da língua oficial. Ou seja, se eles se encontrassem em situação de contato muito estreito com outras línguas que são L1 da maioria dos falantes que não tem também domínio de níveis gramaticais da língua portuguesa isso pode afetar a má formação acadêmica das crianças.

Como afirma Semedo (2006):

[...] Maioria das crianças que ingressam na escola tem de aprender numa língua não materna, em ambiente de aprendizagem por vezes inadequado, com uma metodologia pouco eficaz, contribuindo estes factores nas elevadas taxas de repetência e de desistência de crianças (23,5% e 18% em 1999 respectivamente), nas baixas taxas de desenvolvimento escolar e nos baixos níveis de qualidade de eficácia do sistema[...] (SEMEDO, 2006, p.3).

Baseando no que acabamos de ver fator linguístico pode ser um dos problemas de entraves para o sucesso escolar dos alunos ou crianças, uma vez que elas não têm a língua de ensino no seu dia a dia ou como L1 e, para a maioria, nem é a segunda ou terceira língua, em ordem de aquisição/aprendizado. Mas é nessa língua que são alfabetizadas e “educadas” nas escolas, por assim dizer. Um forte desafio linguístico no que concerne ao processo de ensino-aprendizagem, pois a língua do ensino não bate com aquela de uso familiar ou cotidiano.

Levando em conta o nível de ensino, na Guiné-Bissau é possível notar que há uma deficiência muito grande dos alunos na escrita tanto na oralidade. Nota-se que na parte da escrita, torna-se mais dificultoso por falta da incompreensão da língua portuguesa, isso muitas das vezes pode gerar má produção do texto ortográfico. Falando dessas dificuldades, entende-se que muitos alunos não têm o domínio dessa língua em termo de conhecimento linguístico, como explica o Plano Sectorial da Educação (2017-2025).

Uma das principais causas do insucesso dos alunos em matéria da aquisição de conhecimentos é o nível dos professores. Tanto em português quanto em matemática, os próprios professores têm dificuldades em responder correctamente às perguntas que foram feitas aos alunos. Se 32% dos professores não conseguem responder correctamente prova de português dada aos alunos do 2º ano de escolaridade, a percentagem é mais alta em matemática, representando mais de metade dos docentes (54%). No 5º ano, o problema generaliza-se: 95% dos professores não dominam o que ensinam aos alunos em português e 98% dos professores não dominam a matemática que ensinam aos alunos. (PLANO SECTORIAL DA EDUCAÇÃO (2017-2025, P.11).

O contexto da Guiné- Bissau apresenta diversidade linguística muito complexa, que faz com que o sistema de ensino formal enfrente grandes problemas. De acordo com o Plano Sectorial Da Educação (2017-2025) os estudantes guineenses ocupam os piores lugares nos exames de desempenho. Uma das causas apontadas no documento para isso é a língua adotada no sistema de ensino que não é a L1 dos estudantes e, por vezes, não é de domínio do próprio professor de língua portuguesa. Quanto ao desenvolvimento dos estudantes guineenses, o PSE traz a seguinte afirmação:

Nos dois primeiros ciclos do ensino básico, o nível de aquisições dos alunos é fraco. Com efeito, no 2º ano, tanto em português como em matemática, os alunos não dominam metade do que deveriam saber. A situação é mais grave no 5º ano, onde apenas um terço do programa escolar é dominado pelos alunos. Em consequência, no 2º ano, cerca de 20% dos alunos encontram grandes dificuldades, pois o seu resultado corresponde ao que obteria um aluno que respondesse de forma aleatória. No 5º ano, quando praticamente já não há possibilidade de remediar a situação, a percentagem de alunos com dificuldades é ainda maior: 25% em português e 34% em matemática. (PSE, 2017, p. 12)

E continua o documento, atribuindo ao professor a culpa pelo insucesso dos alunos, conforme podemos ver abaixo:

Uma das principais causas do insucesso dos alunos em matéria de aquisição de conhecimentos é o nível dos professores. Tanto em português quanto em matemática, os próprios professores têm dificuldades em responder correctamente às perguntas que foram feitas aos alunos. (PSE, 2017, p. 13)

Quanto às taxas de alfabetização, destacamos o seguinte ponto do PSE:

No que diz respeito à alfabetização e à educação não formal, até 2015 não existia nenhuma medida a favor das crianças de 9 a 14 anos que estão fora do sistema escolar; apenas são organizadas algumas sessões de alfabetização

destinadas aos adultos. Também aí é necessário efectuar um estudo específico para se apurar o que está realmente a ser feito, a taxa de cobertura em relação ao número de adultos-alvo, o custo e a eficácia das acções de formação ministradas. É a partir dos resultados deste estudo que se poderá conceber uma estratégia decenal para este subsector. Convém notar que, na falta de uma política eficaz de alfabetização, a taxa de alfabetização continua baixa: apenas 57% da população é alfabetizada (PSE, 2017-2025, P.13).

Ainda segundo o Plano Nacional de Ação (2003, p.20), o número de alfabetismo em geral é atualmente estimado em 63,4%, para as mulheres esse número é de 78,2%. Levando em consideração a essa preocupação é muito lamentável situação de Guiné-Bissau, com relação às mulheres que estão em uma posição mais prejudicada, com os níveis mais baixos de educação em geral e as taxas de analfabetismo são maiores sobretudo no que diz respeito ao impacto da educação não formal incluindo jovens e adultos, particularmente das mulheres, como ressalta os resultados esperados. (o Plano Nacional de Ação, 2003, p. 47).

Resultados esperados; Reduzida a taxa global de analfabetismo (de 63,6% em 2000) para 46, 6% até 2006, 38, 8% até 2010 e 23,3% até 2015 respectivamente; a taxa de analfabetismo feminino (de 78, %2 em 200) para 65, %1 até 2006, 57, %2 até 2010 e 38, %10 até 2015 respectivamente; melhorada a qualidade de vida das comunidades. (O PLANO NACIONAL DE AÇÃO, 2023, p. 47).

Segundo Censo (2009), a população de Guiné- Bissau que é alfabetizada, de 6 anos ou mais, ou seja, as pessoas que sabem ler e escrever são 51,9%. Ainda aponta que a maioria das etnias é alfabetizada com porcentagens relativamente elevadas entre os Mancanhas (86,2%), Manjacos (65,9%), Papéis (65,1%) e Felupes (64,4%).

Para contornar os problemas de desempenho na Guiné-Bissau, o Plano Sectorial da Educação (2017-2025) prevê como objetivos as políticas de qualidade da Alfabetização e Educação Não Formal - AENF que se desenvolvem em torno das seguintes medidas. Aqui destacamos as propostas nas quais se pode perceber a referência às línguas e nos levando a crer que esta é uma das causas do insucesso escolar dos estudantes guineenses.

1. Elaborar um documento de política linguística;
2. Desenvolver instrumentos jurídicos e regulamentares para a implementação de uma política linguística e *introduzir progressivamente as línguas nacionais na vida oficial e pública*, na imprensa e na edição; (Grifo nosso);

3. Promover a língua portuguesa, o crioulo e as línguas nacionais como *línguas a serem usadas no ensino*, na aprendizagem de uma profissão e na qualificação profissional; (Grifo nosso);
4. Elaborar e atualizar o mapa linguístico nacional (2017-2025, p.46).

No primeiro ponto, consideramos que Guiné- Bissau ainda precisa de criar todas as condições das políticas linguísticas voltadas à realidade guineense, se pararmos para pensar todas as produções feitas de materiais didáticos só veio de um país colonizador, concretamente de Portugal. Por causa dessa demanda, todo o país está com série de problemas na educação, a língua que é posta na documentação dificulta, várias vezes, o processo de aprendizagem, tudo isso pode gerar consequência negativa para desenvolvimento das crianças no momento da aprendizagem.

Nesse segundo ponto, também se percebe a necessidade da inserção da língua guineense no currículo escolar, mas antes de tudo tem que haver não só força da vontade por parte dos professores e técnicos da educação, mas também o engajamento do próprio Estado na concretização desse projeto que já está num dos pontos do Plano Sectorial da Educação. Se levarmos em conta o universo sociolinguístico guineense e a descrição da estrutura do ensino básico, a língua portuguesa pode ser entendida como língua opressora: em que sentido? No sentido de que quando o assunto é instruir, alfabetizar, formar e educar população guineense, a língua portuguesa é colocada acima das demais línguas nacionais, mesmo que a mensagem não passe, ou seja, que o objetivo não se concretize, tem que ser ela a única e exclusiva a desempenhar tal função.

O terceiro ponto prevê promover todas essas línguas e não excluir nenhuma delas por fora, porque cada uma delas desempenha um papel muito importante na sociedade. É preciso deixar cada um ocupar a sua função, pois como sabemos, no contexto de Guiné-Bissau, a língua portuguesa é a língua que facilita as trocas comunicacionais em termo de globalização e, portanto, tem sua importância no território guineense.

Perante o exposto, podemos perceber que há um grande desafio de inserir formalmente as línguas guineenses no ensino guineense, tendo em conta o número (são muitas), mas há possibilidade, como aponta e bem Calvet, que há várias possibilidades de políticas linguísticas, como podemos citar, por exemplo, a escolha da língua guineense como sendo a língua falada por todas as etnias e se oficializar, por enquanto como não há ainda condições para oficialização de todas as outras línguas. E dizer que a língua

nacional deve ser oficializada não significa que o português tem de ser substituído, mas sim ter as duas línguas como oficiais, uma vez que a língua portuguesa já tem uma estabilidade nas ciências e nas relações internacionais e é a língua de CPLP, comunidade ao qual a Guiné-Bissau faz parte como membro de pleno gozo dos seus direitos.

E ainda no quesito de pensar sobre a política linguística a ser implementada num país de situação plurilíngue, Calvet (2007) aponta para os seis importantes pontos a ser levados em conta:

1. Dados quantitativos: quantas línguas e quantos falantes para cada uma delas.
2. Dados jurídicos: status das línguas em contato, reconhecidas ou não pela constituição, utilizadas ou não na mídia, no ensino, etc.
3. Dados funcionais: línguas veiculares (e a sua taxa de veicularidade), línguas transnacionais (faladas em diferentes países fronteiriços); línguas gregárias, línguas de uso religioso etc.
4. Dados diacrônicos: expansão das línguas, taxa de transmissão de uma geração a outra etc.
5. Dados simbólicos: prestígio das línguas em contato, sentimentos linguísticos, estratégias de comunicação etc.
6. Dados conflituais: tipos de relações entre as línguas, complementaridade funcional ou concorrência etc.

É preciso destacar, ainda que já há diversos estudos que se debruçam a analisar e descrever as línguas guineenses, dando conta de alguns dos pontos citados pelo autor. Portanto, antes de fazer uma ação sobre as línguas na Guiné-Bissau, é preciso, antes de tudo, em estudo sério sobre todos os elementos necessários a serem levados em conta como apontados acima por Calvet. A seguir, apresentamos a metodologia que seguimos para a realização deste trabalho.

#### **4. METODOLOGIA**

Esta pesquisa se caracteriza como uma abordagem qualitativa com a aplicação da pesquisa de campo e tem como objetivo compreender a interferência do multilinguismo guineense na alfabetização em língua portuguesa, língua oficial. Para tanto, aplicamos os questionários de consulta para (12) participantes.

Os participantes que responderam os questionários de pesquisa foram doze estudantes da Unilab. Dentre eles, onze (11) são do curso de letras - Língua Portuguesa e um (1) é do curso de Sociologia, todos são do sexo masculino. O questionário foi enviado ao e-mail de estudantes guineenses, via formulário do Google. A participação foi voluntária e todas as respostas foram consideradas para a análise. Sendo assim, consideramos a participação direta dos entrevistados para identificar as características de aquisição de línguas e as dificuldades de alfabetização em língua portuguesa e, assim, atingir o objetivo de pesquisa. Deste modo, emergiram aspectos evidentes sobre o ensino no contexto de multilinguismo, dificuldades e desafios a partir da complexa realidade linguística guineense. A seguir, apresentamos as perguntas do questionário.

1. Fala alguma(s) Língua étnica? \*
2. Se sim, qual (is)? \*
3. Como se deu a aquisição da sua língua étnica? \*
4. Como se deu a aquisição da língua guineense? \*
5. Como se deu a aquisição da língua portuguesa? \*
6. Quais as principais dificuldades que você sentiu na aquisição (durante a alfabetização) da língua portuguesa? \*
7. Qual papel você atribui às línguas portuguesa e guineense no seu processo de alfabetização? \*
8. O que você sugere como solução para as dificuldades apresentadas na aquisição de línguas na Guiné-Bissau? \*

A seguir, apresentamos a discussão acerca das respostas e uma reflexão sobre a interferência das línguas locais guineenses no processo de alfabetização em língua portuguesa, língua oficial.

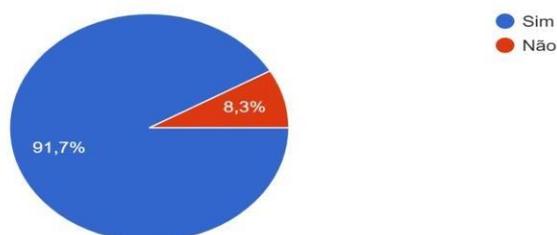
## **5. A INTERFERÊNCIA DAS LÍNGUAS NA ALFABETIZAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU**

Neste artigo, o objetivo foi de compreender a interferência do multilinguismo guineense na alfabetização em língua portuguesa, língua oficial. Para alcançar o objetivo,

aplicamos um questionário a estudantes guineenses indagando acerca da aquisição das línguas em uso na Guiné-Bissau. Inicialmente, perguntamos aos participantes se eles falam a língua de sua etnia. Os resultados que obtivemos neste questionário de pesquisa sobre os falantes que falam as suas línguas étnicas a que responderam no meio familiar, é de que 91,7%, já os que não falam as suas línguas étnicas corresponde a 8,3%. Em seguida, pedimos que informassem qual língua étnica o participante fala. Os gráficos a seguir mostram as respostas às duas questões.

**Gráfico 1: Falantes de línguas étnicas**

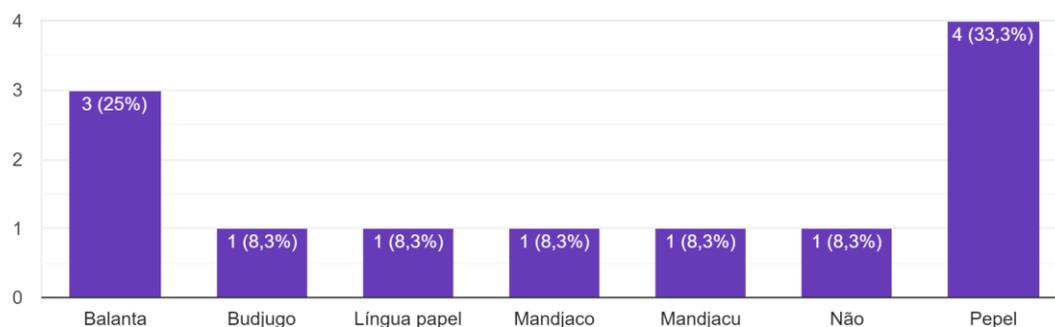
1. Fala alguma(s) Língua étnica?  
12 respostas



Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa.

**Gráfico 2: Línguas étnicas faladas pelos participantes**

2. Se sim, Qual (is)?  
12 respostas



Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa.

A diversidade de línguas apontada pelos participantes demonstra o multilinguismo presente na Guiné-Bissau. Destaca-se o fato de que a maioria dos participantes da pesquisa respondeu que o processo da aquisição da língua étnica se deu através do meio familiar e entre as comunidades. Entende-se assim que o processo de aquisição no seio familiar envolvia membros como pais, avós, tios, primos, amigos e vizinhos. Com base nessas considerações, podemos perceber que a aquisição da língua étnica se deu de uma forma natural, sem instrução formal, na qual a língua materna constitui a identidade pessoal, regional, de cada grupo étnico e cultural de uma pessoa. Assim, é compreensível que a alfabetização em uma língua diferente da língua materna possa apresentar dificuldades e desafios, levando a altos índices de analfabetismo, repetência e desistência, conforme já apontado por Semedo (2006).

Tendo em conta o processo de aquisição de língua guineense, a maioria respondeu que no seio da comunidade onde estava inserida aprendeu a língua nacional. Nas comunidades em que as línguas étnicas eram mais faladas, os participantes alegaram que a língua guineense era sua segunda língua, pois o processo de aquisição se dava no seio social, que é na escola e nos grupos com amigos. Outra parte dos informantes disseram que aprenderam no meio familiar, caracterizando-se assim como a primeira língua. Outro elemento a ser registrado quanto ao prestígio da língua guineense em relação às línguas étnicas está no fato que a língua nacional é a que une as diferentes etnias, sobrepondo-se às demais línguas locais.

Os participantes alegaram que o processo da aquisição da língua portuguesa se deu a partir da escola, ou seja, como sendo a segunda língua ou terceira, considerando a ordem de aquisição, o ensino formal é o maior catalisador de aquisição dos guineenses na aprendizagem da língua portuguesa. Dessa forma, podemos perceber que o processo de ensino deve inserir a riqueza linguística guineense a fim de facilitar a alfabetização e consequente domínio da língua oficial, sem desconsiderar que esses estudantes possuem outras línguas e que contato com o português se dá inicialmente na escola. Assim estaria de acordo com o que defendia Freire (1978) acerca da realidade guineense.

Os participantes apontaram que as primeiras dificuldades que encontram no processo de alfabetização na aprendizagem da língua portuguesa foram majoritariamente para regras gramaticais, dificuldades na pronúncia das palavras, na decoração das palavras e frases ocasionadas pelo pouco uso ou prática no seio da família e na

comunidade. Quanto à dificuldade de pronúncia, citamos como exemplo a comunidade de fala da etnia papel na qual, às vezes, há troca de pronúncias no caso do som das letras (J por Z), em vez de pronunciar “joia”, pronunciam “zoia”. As dificuldades relatadas remetem ao ensino tradicional que predomina no país, com foco apenas na gramática normativa da língua portuguesa.

Considerando que a língua portuguesa apresenta status de segunda língua e que não é adquirida naturalmente, é compreensível a interferência das línguas locais na alfabetização em língua portuguesa. O ensino ainda é visto como tradicional, em que se pode ver o professor como centro de tudo, professor fica como detentor de conhecimento. Optando a gramática normativa como a única fonte de explicação de fenômenos linguísticos e, elegendo ainda a memorização de conteúdos como forma de apropriação de conhecimentos. Por isso, na escrita muitas das vezes o aluno organiza as ordens sintáticas da sentença gramatical a partir da língua guineense, ou seja, da língua materna, sendo assim, o resultado do esforço é tão desafiador e enorme na transcrição do pensamento para língua portuguesa.

Vê-se que o sistema educativo guineense, no que concerne à política de língua a ser adotada para o ensino, está andando na contramão há um tempo, uma vez que se tem os dados estatísticos das línguas faladas no território nacional e seus respectivos falantes, e ainda conhecendo os entraves da LP no que diz respeito ao ensino, a inserção da língua guineense no sistema de ensino aprendizagem seria obrigatório e urgente porque mesmo sem a legitimidade institucional ou estatal, essa língua já vem sendo utilizada para fins educativos. Dessa forma, é urgente que se cumpra o que está previsto no Plano Sectorial da Educação (2017), “introduzir progressivamente as línguas nacionais na vida oficial e pública, na imprensa e na edição” e, acrescentamos, no espaço escolar.

Outro ponto apontado pelos participantes foi a importância da língua guineense no processo de compreensão dos conteúdos formalmente ensinados nas escolas para aquisição da alfabetização na língua portuguesa, pois a maioria dos participantes indicou que a língua guineense é a mediação na facilitação do aprendizado. Isso confirma o que é defendido por Neto (2022) quando afirma que a língua guineense já é utilizada como língua de mediação.

Entre as contribuições dos participantes, temos a resposta do participante três (3) que aponta sobre “a necessidade de políticas, investimentos na formação e capacitação dos professores de línguas, fornecendo-lhes materiais didáticos adequados e atualizados,

bem como incentivos salariais e profissionais. Adotar uma abordagem bilíngue ou multilíngue no ensino das línguas, que respeite e valorize as línguas maternas dos alunos, e que favoreça a interação e a transferência de conhecimentos entre elas. Reconhecer e oficializar o crioulo guineense como uma das línguas oficiais do país, juntamente com o português, dando-lhe um estatuto jurídico, administrativo e educativo. Promover a diversidade linguística e cultural do país, através de campanhas de sensibilização, programas de rádio e televisão, publicações literárias e científicas, entre outras iniciativas”.

Percebe-se que o participante elenca um conjunto de fatores relevantes que devem ser tomados em conta não só para a alfabetização, mas no processo de ensino e aprendizagem, em geral, considerando a realidade de ensino guineense marcado pelo contexto multilíngue, suas demandas e desafios.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo, buscamos discutir a interferência do multilinguismo da Guiné-Bissau no processo de alfabetização dos estudantes guineenses. No que diz respeito às consultas documentais e bibliográficas apontamos os dados do Plano Sectorial de educação (2017), no qual se percebe a importância das línguas no processo de alfabetização e da necessidade de políticas linguísticas no contexto guineense. Paulo Freire (1978) já defendia, baseado nas suas visitas à Guiné-Bissau, a necessidade da alfabetização naquele país se dá na língua nacional guineense. Freire destacava a urgência, já naquele ano, da inserção da língua guineense no ensino, apontando os benefícios de um ensino na perspectiva bilíngue, português e língua guineense.

Cientes da interferência das línguas na alfabetização, aplicamos questionários a estudantes guineenses acerca das dificuldades apontadas por eles em seu processo de alfabetização. A análise das respostas dos participantes da pesquisa demonstrou as dificuldades de alfabetização: dificuldade de pronúncia, aprendizagem de língua portuguesa e memorização de regras, dificuldades que podem ser relacionadas às diferentes línguas maternas aprendidas antes de chegar à escola, além de demonstrar que prevalece um ensino tradicional, baseado na memorização de regras da língua portuguesa, desconsiderando as línguas maternas dos estudantes e como estas influenciam na aprendizagem. Por isso, devemos valorizar a situação sociolinguística e cultural dos

estudantes guineenses, uma vez que cada indivíduo aprende conforme a sua vivência e experiências, especialmente as linguísticas.

Defendemos que, desde os dois primeiros ciclos do ensino básico até o último, a língua guineense seja a condutora do processo de ensino e aprendizagem, considerando o contexto sociolinguístico guineense ou, a partir da proposta de Paulo Freire (1978), de criação de uma disciplina de natureza “urgente” que facilite, de forma efetiva, a língua guineense como língua nacional e o português ensinado como língua adicional.

## 7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos P. **O ensino de português como língua não-materna: concepções e contextos de ensino**. Universidade de Brasília, 2009.

ANÇÃ, Maria Helena. **Da Língua Materna à Língua Segunda**. Universidade de Aveiro, s/ano.

CALVET, Louis-Jean: **As políticas linguísticas**. São Paulo. Parábola Editorial, IPOL, 2007.

CORREIA, Nuna Nunes. **Ensino da Língua Portuguesa no Contexto da Diversidade Linguística da Guiné-Bissau: uma proposta para o ensino básico**. NATAL-RN 2021.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, P. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

GUINÉ- BISSAU. Lei 7/2007. **Boletim Oficial**. 2007

GUINÉ-BISSAU. **Lei de Base do Sistema de Ensino da Guiné-Bissau**. 2010/2011

GUINÉ-BISSAU. **Plano setorial de Educação (2017-2025)**. Ministério de Educação Nacional, julho de 2017.

GUINÉ-BISSAU. **Plano Nacional de Ação**. Bissau, Ministério da Educação Nacional, fev. de 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **III Recenseamento Geral da População e Habitação da Guiné-Bissau**. INE-RGPH, 2009.

NETO, Reginaldo Umateb Santiago. **O Papel das Línguas Portuguesa e Guineense no Sistema de Ensino Básico de Guiné-Bissau**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2022.

PINTO, Ariana de Almeida. **Alfabetização e letramento em língua portuguesa em Guiné-Bissau:** uma análise de livros didáticos de 1ª e 3ª classe/série. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Letras Língua Portuguesa. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção-CE, 2018. Disponível em <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1615/1/ARIANA%20DE%20ALMEIDA%20PINTO%20TCC.pdf> acesso em 01 dez 2022.

---

SALDANHA, M. S. **Educação e ensino em contexto multilíngue:** as possibilidades de um ensino bilíngue na Guiné-Bissau. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Letras Língua Portuguesa. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde – BA, 2019. Disponível em <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1424> acesso em 01 dez 2022.

---

SCANTAMBURLO, Luigi. **O léxico do crioulo Guineense e as suas relações com o português:** o ensino bilíngue português-crioulo guineense. Tese (Doutorado) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.

---

SEMEDO, Maria Odete da Costa. **Educação como direito.** 2006.